

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Edital de Pregão Eletrônico nº 58/2019/CEL/SUPEL/RO
Processo: 0033.433477/2018-28/SEJUS/RO
Projeto Atividade: 21.001.06.122.1015.2893

OBJETO: Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional Porto Velho/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos.

SABOR A MAIS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Rolim de Moura, inscrita no CNPJ sob nº 08.113.612/0001-00 Avenida Macapá nº 4124, Centro Rolim de Moura - RO, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, por seu sócio administrador Patrick de Lima Oliveira Moraes, brasileiro casado, advogado, com domicílio nesta capital, apresentar as razões recursais, em face do recurso meramente protelatório e marciano, interposto por RBX ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS EIRELLI, inscrita no CNPJ sob nº 6, com atividade na cidade de Porto Velho/RO, na Avenida Amazonas, 6989, Cuniã, CEP 76.824-461

Breve síntese das alegações do recorrente Jus Esperneandi.

Dos Motivos da Manutenção da decisão de Aceitação e Habilitação

Pois bem, alega o recorrente que a recorrida apresentou documentos em contra-mão ao item 11.4.3, concernente a qualificação técnica da recorrida e que não possui a qualificação exigido pelo edital.

Colaciona diversos Artigos de leis Constitucionais e infraconstitucional, porem a lei mais importante o edital, não foi observado, firma entendimento imperioso, confunde capacidade técnico operacional com qualificação técnica.

Apresenta diversas alegações mas comprova nada que possa mudar o contesto fático jurídico, vale ressaltar que os atestados foram emitidos pela SEJUS-RO, podendo verificar veracidade.

De outro giro a recorrente alega que o atestado deve ser registrado nos órgãos de fiscalização, recurso desprovido, de atenção.

Conforme consta no Atestado de Capacidade Técnica, emitido pela Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia, referente ao Contrato nº 143/PGE-2012, a recorrida de entregou na dependências prisionais de:

1. Pimenta Bueno, 308.045 (trezentos e oito mil e quarenta e cinco (desjejuns) no período de setembro de 2012 ao mês de março de 2016, no mesmo período a requerida entregou nas dependências prisionais de:

2. Rolim de Moura, 319.015 (trezentos e dezenove mil e quinze (desjejuns) no período de setembro de 2012 ao mês de março de 2016, no mesmo período a requerida, perfazendo um total de:

Total 624.060,00 (desjejuns).

3. Pimenta Bueno, 311.789 (trezentos e onze mil e setecentos e oitenta e nove (almoços) no período de setembro de 2012 ao mês de março de 2016, no mesmo período a requerida entregou nas dependências prisionais de:

4. Rolim de Moura, 317.967 (trezentos e dezessete mil e novecentos e sessenta e sete (almoços) no período de setembro de 2012 ao mês de março de 2016, no mesmo período a requerida, perfazendo um total de:

Total 629.756,00 (almoços).

5. Pimenta Bueno, 326.480 (trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos e oitenta (jantares) no período de setembro de 2012 ao mês de março de 2016, no mesmo período a requerida entregou nas dependências prisionais de:

6. Rolim de Moura, 343.755 (trezentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta e cinco (jantares) no período de setembro de 2012 ao mês de março de 2016, perfazendo um total de:

7. Total 670.235 (Jantares).

Conforme o edital:

11.4.3 DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A) Comprovação de capacitação técnico-operacional da licitante (Art.30, II da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações) através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da proponente para desempenho em atividades compatíveis em características e quantidades com o objeto deste edital. grifei

B) Declaração de que apresentará no ato da assinatura do contrato, comprovação de capacidade técnica-profissional, conforme disposto no Inc. I do §1o, do art.30 da Lei Federal 8666/93, e posteriormente alterações, mediante demonstração de ter em seu quadro funcional, o profissional nutricionista, reconhecido pela entidade competente (Conselho Regional de Nutrição) através de registro na Carteira Profissional, ficha de empregado ou

contrato de trabalho, sendo admitida a contratação de profissional autônomo (Art.5º e art.6º da Resolução 419 de 24 de Março de 2008). grifei

C) Entende-se por pertinente e compatível em características os atestados que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido o objeto executado no mesmo período), contemple o objeto da presente aquisição. Grifei.

D) Entende-se por pertinente e compatível em quantidades os atestados que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido o objeto executado no mesmo período), contemple, no mínimo, quarenta por cento do objeto da presente aquisição, qual seja, refeições prontas (desjejum, almoço e jantar). Grifei.

D.1) Caso a licitante venha ofertar proposta para dois ou mais LOTES, esta deverá comprovar que possui qualificação técnica equivalente à somatória dos valores para aqueles que apresentar proposta. Devendo este informar para qual dos lotes possui preferência. grifei

E) Não cabem, para a soma de atestados, a execução do objeto que tenha sido realizada em períodos distintos, ou não concomitantes.

F) Declaração de que a empresa dispõe de pessoal técnico (Portaria nº419/2008-CFN e Lei 8.234/91), de instalações e equipamentos (RDC nº216, de 15 de setembro de 2004-Ministério da Saúde), adequados para preparo dos alimentos e que disponibilizará veículos para atender a entrega do serviço objeto do certame, em bom estado de conservação, e que atenda plenamente a execução do Contrato e a legislação vigente (Portaria 16.1.3.7 Centro de Vigilância Sanitária, de 7 de novembro de 1991).

G) Declaração de que apresentará no ato da assinatura do Contrato, Alvará Sanitário da sede da empresa, emitido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual.

H) Declaração de que apresentará no ato da assinatura do Contrato, Certidão de Registro e Quitação – CRQ, dentro do prazo de validade, emitida pelo Conselho Regional de Nutrição 7ª Região.

I) Declaração de que apresentará na data prevista como termo inicial para a entrega das refeições, laudo da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual do local onde serão produzidas as refeições, caso estas não sejam produzidas na sede da empresa.

J) Declaração de que apresentará no ato da assinatura do Contrato, relação nominal da equipe técnica (nível superior) e quantitativo da equipe de produção a ser disponibilizado para execução do contrato.

PEDIDOS

1. Requer o Indeferimento do Recurso

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Porto Velho/RO, 16 de setembro de 2019.

SABOR A MAIS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI.

Patrick de Lima Oliveira Moraes

Fechar